Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ÍNDICE

1. Identificação do Procedimento 2
2. Objeto do procedimento 2
3. Entidade Adjudicante 2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar 2
5. Fundamentação da escolha do procedimento 2
6. Acesso às peças do procedimento 2
7. Esclarecimentos e listas de erros e omissões 2
8. Dispensa do júri 3
9. Preço base 3
10. Preço anormalmente baixo de uma proposta 3
11. Contratos reservados 3
12. Documentos que constituem a proposta 3
13. Formulário da proposta 4
14. Idioma dos documentos que constituem a proposta 5
15. Propostas variantes 5
16. Prazo e modo de apresentação das propostas e dos documentos que a instruem 5
17. Prazo de manutenção das propostas 5
18. Critério de adjudicação 5
19. Adjudicações de propostas por lotes 10
20. Consultores e estudos de apoio à decisão 10
21. Modalidade jurídica de associação de empresas 11
22. Negociações 11
23. Caução 11
24. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário 11
25. Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto 13
26. Prazos para apresentação dos documentos de habilitação 13
27. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras 14
28. Despesas e encargos para celebração do contrato 14
29. Legislação aplicável 14

ANEXO I – (MODELO DE) DECLARAÇÃO 15
ANEXO II – (MODELO DE) DECLARAÇÃO 17
ANEXO III – (Modelo de) Declaração de intenção de associação jurídica 18
ANEXO IV – (Modelo de) Declaração de depósito bancário 19
ANEXO V – (Modelo de) garantia bancária/seguro de caução 20

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

1. Identificação do Procedimento

Concurso Público n.º **CP/3/2021/DMC**.

2. Objeto do procedimento

1. Fornecimento contínuo de peças para máquinas e tratores.
2. Serão adjudicadas propostas pelos seguintes lotes, melhor identificados no caderno de encargos:
   Lote 1 – Peças para máquinas de silvicultura e de jardinagem;
   Lote 2 – Peças para tratores agrícolas;
   Lote 3 – Peças para máquinas de silvicultura e de jardinagem.
3. A entidade adjudicante poderá, ao abrigo do disposto no n.º 5, do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, **adjudicar uma proposta que combine a totalidade dos lotes 1, 2 e 3 (doravante designado por Lote Combinado)**, celebrando um contrato para a totalidade dos lotes individualmente considerados.

3. Entidade Adjudicante

Município do Porto.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Vereador do Pelouro da Inovação e Ambiente, no uso da competência subdelegada pela O.S. n.º I/357413/2017/CMP, de 07.11.2017, publicada no B.M.E. n.º 4256 e pelo art.º 31.º das NEO 2021, aprovadas por deliberação da Assembleia Municipal, na sua sessão de 09.12.2020, publicada no B.M.E. n.º 4418.

5. Fundamentação da escolha do procedimento

Critério do valor definido na alínea b, n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

6. Acesso às peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas no seguinte endereço eletrónico: www.acingov.pt
2. Para efeitos de apoio na utilização da mesma plataforma todos os interessados podem recorrer aos meios divulgados no mesmo endereço eletrónico nas condições aí previstas.

7. Esclarecimentos e listas de erros e omissões

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

2. É ao júri que compete, por delegação do órgão competente para a decisão de contratar, prestar esclarecimentos.
3. Compete ao júri, por delegação do órgão competente para a decisão de contratar, decidir, de acordo com o disposto no art.º 64.º n.º 1 do CCP, sobre a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas sempre que os esclarecimentos sejam prestados para além do prazo fixado no art.º 50.º também do CCP.

8. Dispensa do júri

No caso de não ser apresentada mais do que uma proposta, o júri é dispensado nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Divisão Municipal de Compras.

9. Preço base

1. Os **preços unitários de referência[1] dos bens, por lote**, que não incluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), são os que constam do Anexo A do Caderno de Encargos.
2. Sendo o **Lote Combinado** referente à combinação dos lotes 1, 2 e 3, os preços unitários de referência são os que constam do Anexo A do Caderno de Encargos, para aqueles três lotes.
3. Os preços base, por lote, para a vigência máxima prevista no caderno de encargos, correspondem a:

   Lote 1 – **79.652,55 €;**
   Lote 2 – **79.755,84 €;**
   Lote 3 – **42.920,38 €;**
   Lote Combinado – **202.328,77 €.**

10. Preço anormalmente baixo de uma proposta

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 71.º CCP não são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

11. Contratos reservados

Não aplicável.

12. Documentos que constituem a proposta

1. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo I** ao presente programa do procedimento.
2. **Formulário da proposta** disponibilizado com o presente Programa de Procedimento devidamente preenchido com a informação indicada na cláusula seguinte, cujos preços unitários insertos prevalecerão sobre qualquer outro documento que possua uma lista com preços unitários e que seja submetido com a proposta.

[1] *Significa que os preços unitários insertos no Anexo A do caderno de encargos não são preços unitários mínimos nem máximos. No entanto, em caso algum o somatório dos preços unitários propostos pode ser superior ao somatório dos preços unitários insertos para cada lote.*

3. Documento onde conste o **prazo de entrega dos bens (em dias),** em conformidade com o prazo máximo de entrega definido no n.º 1 da cláusula 4.ª do Caderno de Encargos.
4. Cada concorrente deve indicar claramente a que lote(s) concorre podendo apresentar proposta para:
    a. A combinação de todos os lotes (Lote Combinado);
    b. Os lotes individuais, seja para um, para vários ou para todos os lotes;
    c. A combinação de todos os lotes **e** para um, para vários ou para a totalidade dos lotes individuais.
5. Para cada uma das modalidades previstas no n.º anterior, o concorrente deverá apresentar preço unitário para todos os artigos que fazem parte do(s) lote(s) a que se propõe concorrer, conforme constam do Anexo A do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão da proposta.
6. No caso de agrupamentos:
    a. Instrumentos de mandatos a favor do representante do agrupamento emitidos por cada um dos seus membros, nos termos previstos no n.º 5, do artigo 57.º do CCP.
    b. Declaração de intenção de associação jurídica, em regime de responsabilidade solidária passiva, na modalidade jurídica de consórcio externo, subscrita por todas as entidades que integram o agrupamento, em conformidade com o **Anexo III** ao presente programa do procedimento.
    c. Declaração de todos os membros de responsabilidade individual e solidária perante a entidade adjudicante pela proposta apresentada e, bem assim, pela sua manutenção, subscrita por todas as entidades que integram o agrupamento.
7. Os concorrentes ficarão dispensados da apresentação dos instrumentos de mandato indicados na alínea a), do n.º 6 da presente cláusula, caso os documentos que constituem a proposta sejam assinados por todos os membros do agrupamento concorrente ou respetivos representantes.
8. Não integram a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, exceto os que sejam indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP.

13. Formulário da proposta

1. No documento exigido no número 2 da cláusula 12.ª do presente programa de procedimento, deverá constar a seguinte informação:
    i. Marca de Origem (John Deere/ Husqvarna) / ou equivalente;
    ii. Preço unitário do artigo (s/ IVA).
2. **Preços unitários**, que não devem incluir o IVA. Não poderão ser apagadas linhas/colunas, alterada a ordem das linhas / colunas ou o formato do Formulário.
3. O concorrente deverá apresentar o **preço unitário para todos os artigos que constam do formulário**, **para o respetivo lote a que concorre,** sob pena de exclusão da proposta.

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

14. Idioma dos documentos que constituem a proposta

Todos os documentos devem ser apresentados em Português.

15. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

16. Prazo e modo de apresentação das propostas e dos documentos que a instruem

1. As propostas e os documentos que as instruem serão entregues **até às 17:00 horas do 15.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação.
2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos restantes prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas.[2]
4. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: www.acingov.pt
5. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

17. Prazo de manutenção das propostas

As propostas mantêm-se obrigatoriamente até **90 dias úteis** após o termo do prazo para sua apresentação.

18. Critério de adjudicação

1. A adjudicação, para cada um dos lotes, será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade **melhor relação qualidade-preço**, sendo **considerada mais vantajosa a que apresentar a Pontuação Final (PF) mais elevada,** tendo em conta os seguintes fatores e respetivas ponderações:

[2] *Refere-se a título de exemplo: prazo para esclarecimentos e retificação de peças do procedimento (art.º 50º do CCP); prazos relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos (art.º 50º do CCP).*

Fator	Subfator	Ponderações		
Preço (PR)	Marca de origem (*MO*)	**85%**	**88%**	**100%**
	Marca equivalente (*ME*)	**15%**		
Prazo de Entrega (*PE*)			**10%**	
Componente Ambiental (*CA*)			**2%**	

a. Descritor do fator Preço (PR):

A análise das propostas em face do fator Preço (PR) será operacionalizada, lote a lote, através da aplicação da fórmula seguidamente indicada:

$$\boldsymbol{PR = PPR_{MO} \times 85\% + PPR_{ME} \times 15\%}$$

Em que:

$\boldsymbol{PPR_{MO}}$ – Pontuação atribuída ao subfactor Preço da proposta para **peças da Marca de origem** (John Deer – Lotes 1 e 2 e Husqvarna – Lote 3);

$\boldsymbol{PPR_{ME}}$– Pontuação atribuída ao subfactor Preço da proposta para **peças de Marca equivalente** com os equipamentos das marcas identificadas no Anexo A do caderno de encargos para os diferentes lotes.

Nota: O somatório dos preços unitários propostos (marca de origem + marca equivalente) **não pode em qualquer caso ser superior ao somatório dos preços unitários de referência** insertos no Anexo A – Quadro 1 do caderno de encargos, sob pena de exclusão da proposta.

i. **Subfactor Preço para peças da Marca de Origem,** cuja pontuação, lote a lote, será operacionalizada através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\boldsymbol{PPR_{MO} = 100 \times \left\lceil \frac{(PRef_{MO} - PP_{MO})}{PRef_{MO}} \right\rceil}$$

Em que:

$\boldsymbol{PRef_{MO}}$ – Preço de referência das peças da Marca de Origem indicadas pelo concorrente da proposta em análise, que corresponde ao somatório dos preços unitários de referência que constam do Anexo A – Quadro 1 do caderno de encargos para cada um dos lotes e referente às peças da Marca de Origem indicadas pelo concorrente da proposta em análise.

$\boldsymbol{PP_{MO}}$ – Preço da Proposta para as peças da Marca de Origem que corresponde ao somatório dos preços unitários propostos para aquelas peças.

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

ii. **Subfactor Preço para peças de Marca equivalente** cuja pontuação, lote a lote, será operacionalizada através da aplicação da seguinte fórmula:

$$PPR_{ME} = 100 \times \left[\frac{(PRef_{ME} - PP_{ME})}{PRef_{ME}}\right]$$

Em que:

$PRef_{ME}$ – Preço de referência das peças de Marca equivalente indicadas pelo concorrente da proposta em análise, que corresponde ao somatório dos preços unitários de referência que constam do Anexo A – Quadro 1 do caderno de encargos para cada um dos lotes e referente às peças de Marca equivalente indicadas pelo concorrente da proposta em análise.

PP_{ME} – Preço da Proposta para as peças de Marca equivalente que corresponde ao somatório dos preços unitários propostos para aquelas peças.

b. Descritor do fator Prazo de Entrega (PE):

A análise das propostas em face do fator **Prazo de Entrega** será operacionalizada, lote a lote, através da aplicação da fórmula seguidamente indicada:

$$PE = 100 \times \left[\frac{(PE_{max} - PE_P)}{PE_{max}}\right]$$

Em que:

PE_{max} – Prazo de entrega máximo admissível, de acordo com o n.º 1 da cláusula 4.ª do caderno de encargos, que **corresponde a 10 dias**.

PE_P – Prazo de entrega (em dias) da proposta em análise.

c. Descritor do fator Componente Ambiental (*CA*):

A análise das propostas em face do fator Componente Ambiental (***CA***) será efetuada segundo o seguinte descritor:

Descritor	Pontuação
A proposta apresentada **prevê a seguinte medida:** • As peças serão acondicionadas em embalagens biodegradáveis com priorização em materiais reutilizáveis ou recicláveis	100
A proposta apresentada **não prevê que**: • As peças serão acondicionadas em embalagens biodegradáveis com priorização em materiais reutilizáveis ou recicláveis	0

2. **Regras de arredondamento:**

Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à terceira casa decimal.

3. **Critérios de desempate por lote:**

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate:

a. Maior pontuação obtida no fator Preço (***PR***);
b. Maior pontuação obtida no fator Prazo de Entrega (***PE***);
c. Maior pontuação obtida no fator Componente Ambiental (***CA***);
d. Aumento subsequente das casas decimais da avaliação final;
e. Proposta que tiver sido apresentada por empresa que, nos termos do art.º 2.º do Anexo da Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, seja tipificada como Micro, Pequena e Média Empresa (PME)[3] pela seguinte ordem de classificação:
    1.º – Microempresa – Menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros;

[3] *As regras para obtenção dos dados a considerar para o cálculo dos efetivos e dos montantes financeiros e período de referência deverão ser em conformidade com o disposto do artigo 4.º do Anexo da Recomendação n.º 2003/361/CE.*

2.º – Pequena empresa – Menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros;

3.º – Média empresa – Menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros;

f. Em caso de manutenção de empate na categoria de micro, pequena e média empresa, o desempate será efetuado em função das seguintes regras, aplicadas de forma sucessiva:
   i. Empresa que apresentar o menor número de trabalhadores;
   ii. Empresa que possua o menor volume anual de negócios, reportado ao último ano económico encerrado.

g. Caso se verifique necessário aplicar os critérios de desempate mencionados nos pontos e) e f), os concorrentes serão notificados para, no prazo máximo de 5 dias, indicarem o número de trabalhadores e volume de negócios, acompanhados de Documento de Certificação de PME (emitido pelo IAPMEI) e Declaração IES/DA (Informação Empresarial Simplificada/Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal) mais recente.

h. Caso o empate se mantenha, o desempate será efetuado por meio de sorteio aleatório presencial, com a presença de todos os representantes de todos os concorrentes empatados, que serão notificados para o ato público, a realizar nas seguintes condições:
   i. A sessão para a realização do sorteio será agendada e notificada aos concorrentes com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência, com a indicação da data, da hora e do local da sua realização.
   ii. O sorteio será efetuado pelos membros do júri.
   iii. Em caso de não comparência de representante legal de concorrente em situação de empate, o sorteio realizar-se-á na sua ausência após 30 (trinta) minutos da hora previamente agendada.
   iv. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
   v. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.
   vi. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.
   vii. O júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na referida sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

19. Adjudicações de propostas por lotes

1. A adjudicação das propostas poderá ser efetuada através **modalidade de adjudicação por lotes**, **individualmente considerados (Lote 1, 2 e 3)**, ou através da **modalidade de adjudicação que combina a totalidade dos lotes (Lote Combinado)**.
2. O critério de adjudicação dos lotes é o definido no ponto 17 do presente programa do procedimento, podendo os concorrentes apresentar proposta para um, para vários, ou para todos os lotes, sendo que a entidade adjudicante pode adjudicar mais do que um lote ao mesmo concorrente.
3. Caso sejam apresentadas e admitidas propostas por lotes individualmente considerados e propostas que combinem a totalidade dos lotes, serão elaboradas listas de ordenação das propostas, uma para ordenar as propostas de cada um dos lotes individualmente considerados (Lote 1,2 e 3) e outra para ordenar as propostas que combinem a totalidade dos lotes.
4. A aquisição dos bens será adjudicada através da modalidade que combina a totalidade dos lotes, caso se verifique que dessa modalidade resulta uma proposta, atento o critério de adjudicação estabelecido, economicamente mais vantajosa que o somatório das melhores propostas classificadas na modalidade de adjudicação por lotes individualmente.
5. Caso se verifique empate entre as modalidades da adjudicação por lotes individualmente considerados (Lotes 1, 2 e 3) e da adjudicação pela combinação da totalidade dos lotes, a aquisição dos bens será adjudicada através da modalidade da adjudicação por lotes individualmente considerados.
6. Caso algum dos lotes fique deserto na modalidade da adjudicação por lotes individualmente considerados, a adjudicação será feita na modalidade da totalidade dos lotes, desde que sejam apresentadas e admitidas propostas nessa modalidade e a melhor destas apresente, na parte que corresponda aos lotes com propostas individuais, proposta economicamente mais vantajosa em comparação com o somatório das melhores propostas apresentadas para cada um dos lotes individuais.

20. Consultores e estudos de apoio à decisão

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

21. Modalidade jurídica de associação de empresas

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: Consórcio Externo, Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou Sociedade Anónima.

22. Negociações

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

23. Caução

1. O adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de **10 dias**, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo, com o disposto no nº 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 91.º do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 5% do preço total do contrato:
   a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pelo Município do Porto nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa do procedimento, que dele faz parte integrante;
   b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo V** ao presente programa do procedimento, que dele faz parte integrante.
3. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade *solidária*] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.
4. O disposto nos números anteriores é aplicável se, do montante global a adjudicar a um mesmo concorrente, resultar um preço contratual superior a **200.000,00 €**.

24. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente programa do procedimento.
2. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do art.º 55.º do CCP.
3. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.

4. Certificado de registo criminal[4], ou documento equivalente[5], do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "*Contratação Pública*".

5. Cópia da certidão do registo comercial ou o código de acesso à certidão permanente, ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial, se aplicável.

6. Declaração de início de atividade, se aplicável.[6]

7. No caso de se tratar de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário deve apresentar, ainda, o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12.

8. No caso de se tratar de adjudicatário ou de um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu[7] ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

9. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por Agrupamento:
   a. Todos os seus membros têm de apresentar os documentos de habilitação que lhes são aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12[8];
   b. No caso de agrupamento complementar de empresas (ACE):
      i. Cópia certificada do contrato de constituição do Agrupamento Complementar de Empresas, do qual deve constar, nomeadamente indicação dos administradores e respetivos poderes de representação, e demais elementos previstos na Lei n.º 4/73, de 4 de junho e no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto, ambos com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de março;
      ii. Cópia da inscrição do Agrupamento Complementar de Empresas no Registo Comercial e respetiva publicação ou a indicação dos códigos de acesso.
   c. No caso de Consórcios Externos:

---

[4] O registo criminal pode ser obtido mediante o preenchimento e envio de um requerimento por e-mail ou através do Portal do registo criminal online: https://lnkd.in/drGBB2s. Mais informações em: https://lnkd.in/eFd97w5
[5] Nos termos do n.º3 do artigo 83.º-A do CCP.
[6] Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade em nome individual.
[7] Noruega, Islândia, Liechtenstein e União Europeia
[8] Nomeadamente os documentos previstos no n.º1 do artigo 81.º do CCP.

i. Cópia do contrato de constituição da modalidade jurídica de consórcio externo, do qual constem os elementos previstos no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, nomeadamente, a indicação dos membros do consórcio, o chefe de consórcio, das obrigações do chefe de consórcio, dos deveres dos membros do consórcio e a responsabilidade conjunta das partes;

ii. Cópia da procuração com as funções externas do chefe de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, nos termos do n.º 1, do artigo 14.º do referido Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, os poderes para este proceder à faturação de todas as prestações executadas no âmbito do contrato, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato, dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações respeitantes ao contrato, quando aplicável.

d. No caso de Sociedade Anónima:

i. Cópia certificada do contrato de constituição da Sociedade Anónima, do qual constem os elementos previstos no Código das Sociedades Comerciais;

ii. Cópia da inscrição da Sociedade Anónima no Registo Comercial e respetiva publicação ou a indicação dos códigos de acesso.

25. Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto[9] [10]

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar **documento comprovativo de registo no RCBE**[11], ou o respetivo código de acesso.

2. Tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

26. Prazos para apresentação dos documentos de habilitação[12]

1. Os documentos deverão ser apresentados no **prazo máximo de 5 dias após a notificação da decisão de adjudicação.**

---

[9] Não aplicável a entidades em nome individual.
[10] "Estão excluídas de apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º, do Anexo I da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto."
[11] O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo.
[12] Para efeitos de cumprimentos dos prazos que constam do clausulado do presente ponto, consideram-se as 23h59 como hora limite de apresentação dos documentos.

2. A supressão de irregularidades, detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 2 dias, após notificação pela Divisão Municipal de Compras.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

27. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras

Os compromissos assumidos por entidades terceiras devem ser confirmados no mesmo prazo previsto para apresentar os documentos de habilitação.

28. Despesas e encargos para celebração do contrato

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

29. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omisso no presente programa do procedimento observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual) e restante legislação aplicável.

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

ANEXO I – (MODELO DE) DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) nº.1 do art.º 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do art.º 256.º-A, conforme aplicável]

1. (nome, número de documento de identificação([13]) e morada), na qualidade de representante legal de ([14]) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ([15]) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ([16]):
    a. ……
    b. ……
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente

([13]) Indicar o n.º do BI ou do CC
([14]) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas
([15]) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»
([16]) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local, data e assinatura)([17]).

([17]) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

ANEXO II – (MODELO DE) DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes]

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ([18]) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ([19]) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ([20])] os documentos comprovativos de que a sua representada ([21]) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

……. (local), ……. (data), ……. [assinatura ([22])].

([18]) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
([19]) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
([20]) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
([21]) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
([22]) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

ANEXO III – (Modelo de) Declaração de intenção de associação jurídica

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de[23] ……. (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de[24] ……. (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

- (...)

entidades que integram o concorrente ao *Concurso Público com publicidade Internacional para a celebração do contrato de ……..….(identificar o objeto do contrato)*, tendo tomado claro, perfeito e cabal conhecimento dos termos e condições do procedimento declaram, sob compromisso de honra, que:

1. Caso lhes venha a ser adjudicada a prestação de serviços, objeto do concurso, se constituirão em agrupamento complementar de empresas ou de sociedade anónima em regime de responsabilidade solidária passiva ou na modalidade jurídica de consórcio externo;
2. Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para elas emergentes do contrato;
3. Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito na relação de todas com a entidade adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;
4. Nenhuma das entidades que integram o candidato poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição do mesmo merecerá a prévia autorização da entidade adjudicante.

……. (local), ……. (data), ……. [assinatura[25]].

[23] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

[24] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

[25] Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

ANEXO IV – (Modelo de) Declaração de depósito bancário

Para os devidos efeitos, _____ (*sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária*), declara que _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de _____ €, como caução exigida para _____ *(identificação do procedimento).*

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ *(entidade adjudicante), responsabilizando-se o* _____*(identificação do banco) por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelada por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.*

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

……. (local), ……. (data), ……. assinatura ([26]) do(s) representante(s) legal(ais)

([26]) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

ANEXO V – (Modelo de) garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução *(eliminar o que não interessar*) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ *(adjudicatário)*, vem o(a) _____ *(instituição garante)*, pelo presente documento, prestar, a favor de _____ *(entidade adjudicante beneficiária)*, uma garantia bancária/seguro-caução *(eliminar o que não interessar)*, até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ *(identificação do procedimento)*, nos termos dos n.ºs 6 e 8 ou 7 e 8 *(eliminar o que não interessar)* do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a __% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros *(eliminar o que não interessar)* garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]